



Governo do Estado do Maranhão
Assembleia Legislativa
Consultor Legislativo Especial
Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Direito Constitucional

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar uma das folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/05/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **28/05/2013** até às 23h59min do dia **29/05/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto I

Cobrar responsabilidade

No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso. Menor de idade, foi “apreendido” e levado a um centro de recolhimento. O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas “socioeducativas”.

Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, o assaltante estava a três dias de completar 18 anos. Pela selvageria do assassinato, o caso remete à barbárie de que foi vítima, no Rio, o menino João Hélio, em 2007. Também nesse episódio, um dos bandidos que participaram do martírio do garoto estava a pouco tempo de atingir a maioridade.

Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei.

O raciocínio, nesses casos, é tão cristalino quanto perverso: colocam-se jovens, muitos dos quais mal entraram na adolescência, na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, e diante da generalizada ruína administrativa dos órgãos encarregados de aplicar as medidas socioeducativas, na prática eles são inimputáveis. Tornam-se, assim, personagens de vestibulares para a entrada em definitivo, sem chances de recuperação, numa vida de crimes.

É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizes sociais. Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais. Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger.

O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade para efeitos de responsabilidade criminal. É uma atitude que implica coragem (de enfrentar tabus que não se sustentam no confronto com a realidade) e o abandono da hipocrisia (que tem cercado esse imprescindível debate).

(O Globo, 22/04/2013)

01

A função textual do primeiro parágrafo do texto é

- (A) situar o texto como uma resposta a um problema pontual.
- (B) indicar a razão de discutir-se, no momento, a redução de idade penal.
- (C) apresentar o fato que leva à necessidade de mudar-se a lei de redução do limite de idade penal.
- (D) colocar o leitor, argumentativamente, do lado de quem defende a redução do limite de idade penal.
- (E) comover o leitor a fim de que possa realizar a leitura do texto com mais atenção e interesse.

Leia o fragmento a seguir e responda às questões 02 e 03.

“No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso”.

02

Nesse segmento inicial do texto, o vocábulo que tem seu sentido especificado por razões situacionais, ou seja, por elementos de fora do texto propriamente dito, é:

- (A) mês
- (B) vítima
- (C) rapaz
- (D) criminoso
- (E) que

03

Considerando-se a norma culta, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Repetição excessiva da preposição DE em “*câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz*”.
- (B) Falta de combinação da preposição DE com o artigo A em “*mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular*”.
- (C) Troca involuntária do vocábulo “*câmera*” por seu parônimo “*câmara*”.
- (D) Utilização indevida de travessões para um texto que é simples explicação de uma informação anterior.
- (E) Ausência de hífen em “*ter lhe passado*”, deixando o pronome oblíquo solto entre dois verbos.

04

No relato do assassinato do início do texto, há um conjunto de elementos que apresentam o crime como algo particularmente grave.

Entre esses elementos participantes do crime **não** se enquadra

- (A) o fato de a vítima ser um jovem.
- (B) a localização do crime numa grande metrópole, como São Paulo.
- (C) a circunstância de o tiro ter sido dado na cabeça da vítima.
- (D) a aparente ausência de resistência da vítima.
- (E) a ausência de um forte motivo para o cometimento do crime.

05

No primeiro parágrafo do texto aparecem entre aspas os vocábulos “apreendido” e “socioeducativas”. O motivo da utilização desses sinais gráficos é indicar que esses vocábulos

- (A) foram empregados em sentido figurado.
- (B) registram vocábulos empregados em relação a jovens infratores.
- (C) marcam a intenção textual de destacar termos importantes.
- (D) indicam a presença de um novo sentido aplicado a tais vocábulos.
- (E) criticam a linguagem empregada em caso de crimes contra jovens.

06

Assinale a alternativa em que a preposição sublinhada é fruto da ligação com um termo posterior (e não anterior).

- (A) “O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se...”.
- (B) “Identificado por câmeras do sistema de segurança...”.
- (C) “...que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato...”.
- (D) “...levado a um centro de recolhimento...”.
- (E) “...aplicação de medidas ‘socioeducativas’...”.

07

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país”. Nesse segmento do segundo parágrafo do texto há uma referência a um gênero textual. Assinale-a.

- (A) As notícias informativas dos jornais diários.
- (B) Os registros policiais das delegacias.
- (C) As narrativas de crimes ocorridos.
- (D) Os dados presentes nos processos penais.
- (E) As questões polêmicas da vida atual.

08

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, o assaltante estava a três dias de completar 18 anos”.

Como o texto defende a redução do limite de idade penal previsto no ECA, o autor apresenta argumentos contrários à consideração vigente.

Nesse segmento, o principal argumento utilizado é o de que

- (A) o crime foi cometido pouco antes de o criminoso atingir a maioridade.
- (B) o ato hediondo recebe a proteção legal.
- (C) a imaturidade não é argumento aplicável a todos os menores.
- (D) a intenção criminosa dos assaltantes é flagrante.
- (E) a frieza mostrada na grande maioria dos crimes.

09

A referência ao caso do menino João Hélio, no segundo parágrafo do texto, tem o papel textual de

- (A) aproximar dois casos completamente distintos.
- (B) comprovar uma teoria expressa anteriormente.
- (C) mostrar a repetição de crimes praticados pelos mesmos agentes.
- (D) demonstrar a inutilidade das medidas aplicadas a menores.
- (E) criticar a falta de preocupação dos membros do Judiciário.

10

“É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade...”.

Esse segmento do texto expressa que os criminosos

- (A) foram incentivados a inserir menores em seus crimes.
- (B) passaram a cometer maior número de crimes.
- (C) transformaram-se em quadrilhas organizadas.
- (D) tornaram seus crimes mais violentos, com a inserção de armas.
- (E) perderam o medo das punições legais.

11

“Um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça”.

Assinale a alternativa que indica a forma de reescrever essa frase do texto, modificando o seu sentido original ou apresentando desvio de norma culta.

- (A) Em São Paulo, um assaltante matou um jovem com um tiro na cabeça.
- (B) Um jovem foi morto por um assaltante em São Paulo com um tiro na cabeça.
- (C) Com um tiro na cabeça, um assaltante matou um jovem em São Paulo.
- (D) Um assaltante com um tiro na cabeça matou um jovem em São Paulo.
- (E) Um assaltante, em São Paulo, matou um jovem com um tiro na cabeça.

12

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Assinale a alternativa cujo conectivo apresenta valor semântico correto.

- (A) ainda que – condição.
- (B) como – modo.
- (C) em – tempo.
- (D) ou – adição.
- (E) para – explicação.

13

Assinale a alternativa que indica a frase em que a troca de posição dos termos sublinhados acarreta mudança de sentido.

- (A) “...ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (B) “O raciocínio, nesses casos, é tão crystalino quanto perverso”.
- (C) “...na linha de frente de ações criminosas”.
- (D) “...o ECA contém dispositivos importantes”.
- (E) “...incapaz de discernir entre o certo e o errado”.

14

Assinale a alternativa em que um dos termos foi formado a partir de uma classe de palavra **diferente** da dos demais.

- (A) Recolhimento – discernimento
- (B) Segurança – punição
- (C) Interpretação – obrigação
- (D) Confronto – abandono
- (E) Recuperação – população

15

“...é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas ‘socioeducativas’; ...o caso remete à barbárie de que foi vítima...”; “...distinguir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.

Com relação ao emprego do acento grave indicativo da crase nessas três frases, é correto afirmar que

- (A) as três ocorrências exemplificam o mesmo emprego do acento grave.
- (B) as duas primeiras ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da última ocorrência.
- (C) as duas últimas ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da primeira ocorrência.
- (D) as três ocorrências do emprego do acento grave indicativo da crase exemplificam casos distintos.
- (E) a primeira e a terceira ocorrência exemplificam o mesmo caso de emprego do acento grave indicativo da crase.

16

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Com relação aos componentes desse parágrafo do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os “dois casos” citados são explicitados a seguir, no mesmo parágrafo.
- (B) “Convencionou-se” é uma forma verbal em voz passiva.
- (C) O segmento entre travessões mostra uma ideia de condição.
- (D) “Assassinos” e “menores” possuem o mesmo referente.
- (E) “Para afrontar a lei” é a forma verbal equivalente a “para o enfrentamento da lei”.

17

Observe a charge a seguir.



A partir da charge, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas frases presentes no texto mostram um mesmo nível de conhecimento de linguagem.
- (B) A frase do policial tem por receptor específico o menor infrator.
- (C) A atitude do policial mostra seu profundo senso de responsabilidade.
- (D) A crítica presente na charge se volta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) As figuras do menor e do policial aludem a uma possível cumplicidade criminosa entre os dois.

18

Observe as frases a seguir, que aludem ao ECA, retiradas do texto.

- I. “Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias (...) teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos”. (parágrafo 3)
- II. “...colocam-se jovens (...) na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, (...) na prática eles são inimputáveis”. (parágrafo 4)
- III. “Neste sentido, o ECA contém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado”. (parágrafo 5)
- IV. “O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade...”. (parágrafo 6)

Assinale:

- (A) se todas as frases forem segmentos condenatórios do ECA
- (B) se somente as frases I, II e III forem segmentos condenatórios do ECA.
- (C) se somente as frases I, II e IV forem segmentos condenatórios do ECA.
- (D) se somente as frases I e II forem segmentos condenatórios do ECA.
- (E) se somente as frases I e IV forem segmentos condenatórios do ECA.

19

Assinale a alternativa que apresenta a relação **inadequada** entre o verbo presente no texto e o seu substantivo cognato.

- (A) Submeter / submissão.
- (B) Prover / provisão.
- (C) Completar / complemento.
- (D) Anabolizar / anabolismo.
- (E) Implicar / implicação.

20

Assinale a alternativa cuja oração sublinhada exemplifica o processo de coordenação.

- (A) “É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizamentos sociais”.
- (B) “Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.
- (C) “Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger”.
- (D) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (E) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Raciocínio Lógico-quantitativo

21

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então estudou muito ou teve sorte”

Assinale a alternativa que indica a **negação lógica** dessa sentença.

- (A) Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então não estudou muito nem teve sorte.
- (B) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (C) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado ou estudou muito ou teve sorte.
- (D) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (E) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado e estudou muito mas não teve sorte.

22

Considere como verdadeiras as seguintes afirmativas:

- I. Se a lei A for aprovada, então a lei B não será aprovada.
- II. Se a lei C não for aprovada, então a lei B será aprovada.
- III. Se a lei A não for aprovada, então a lei C será aprovada.

A partir das afirmativas, é correto deduzir que

- (A) a lei A será aprovada.
- (B) nenhuma dessas três leis será aprovada.
- (C) apenas duas dessas três leis serão aprovadas.
- (D) a lei B não será aprovada.
- (E) a lei C será aprovada.

23

Após conferirem juntos o resultado final de um concurso ao qual se submeteram, André, Bruno e Carlos disseram:

André: *Se eu não passei então Carlos também não passou.*

Bruno: *Eu passei, mas não nós três.*

Carlos: *Somente um de nós não passou.*

Assim, é correto deduzir que

- (A) é impossível que os três tenham dito a verdade.
- (B) se os três mentiram então apenas um passou.
- (C) se nenhum deles passou então os três mentiram.
- (D) se exatamente um deles mentiu então exatamente um passou.
- (E) se exatamente dois deles passaram então exatamente um deles mentiu.

24

Dentro de uma caixa são colocadas quatro caixas menores. Depois, dentro de cada uma dessas caixas menores ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma. Esse processo se repete um determinado número de vezes, sendo que, a cada vez, dentro de cada uma das menores caixas ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma.

No final, seja N o número total de caixas, incluindo a primeira.

Um possível valor de N é

- (A) 36.
- (B) 39.
- (C) 46.
- (D) 49.
- (E) 51.

25

Em uma partida de tênis disputada na versão *“melhor de três sets”*, o vencedor da partida é o jogador que vencer dois sets. Assim, se um mesmo jogador vencer os dois primeiros sets ele é o vencedor da partida, senão, um terceiro set é disputado e o vencedor desse terceiro set é o vencedor da partida.

A respeito do jogador F, sabe-se que a probabilidade de ele vencer um set após ter vencido o set anterior é de 0,80 e que a probabilidade de ele vencer um set após ter perdido o set anterior é de 0,70.

Em uma determinada partida *“melhor de três sets”*, o jogador F venceu o primeiro set.

A probabilidade de ele vencer a referida partida é

- (A) 0,56.
- (B) 0,80.
- (C) 0,86.
- (D) 0,92.
- (E) 0,94.

26

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é equilátero ou equiângulo então ele é regular.”

Assinale a alternativa que indica a sentença logicamente equivalente à sentença acima.

- (A) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é regular então ele é equilátero ou equiângulo.
- (B) Existe um quadrilátero convexo que é equilátero ou equiângulo mas que não é regular.
- (C) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele não é equilátero ou não é equiângulo então ele não é regular.
- (D) Algum quadrilátero convexo não é regular, mas é equilátero ou equiângulo.
- (E) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, ele não é equilátero nem é equiângulo, ou ele é regular.

27

O deputado X afirmou que: “Durante esta semana que acabamos de encerrar, foram votados aqui no plenário da Assembleia Legislativa vinte e um projetos de lei”.

Sabe-se que a afirmação do deputado X é verdadeira e que houve sessão plenária na Assembleia Legislativa nos cinco dias úteis da referida semana.

Assim, é obrigatoriamente verdadeiro que

- (A) em algum dia da referida semana foram votados pelo menos cinco projetos.
- (B) no máximo cinco projetos foram votados em um mesmo dia da referida semana.
- (C) em nenhum dia da referida semana deixou-se de votar pelo menos um projeto.
- (D) no mínimo quatro projetos foram votados em cada dia da referida semana.
- (E) em pelo menos dois dias da referida semana as quantidades de projetos votados foram iguais.

28

Segundo as pesquisas eleitorais semanais em uma determinada cidade, as intenções de voto de dois candidatos a prefeito, A e B, vêm subindo regularmente 10% e 500 votos, respectivamente, aumentos esses considerados sempre em relação aos resultados da pesquisa anterior.

Os resultados da última pesquisa mostraram que os candidatos A e B têm hoje, respectivamente, 10.000 e 15.000 intenções de voto.

Considere que as tendências de crescimento nas pesquisas semanais citadas se mantenham pelas próximas doze semanas e despreze as margens de erro comuns nesse tipo de pesquisa.

Assim, é correto concluir que

- (A) ao final de dez semanas os dois candidatos estarão empatados.
- (B) ao final da quarta semana a diferença entre os candidatos será menor que 2.000 votos.
- (C) ao final da sétima semana o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (D) somente ao final das doze semanas o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (E) durante as doze semanas o candidato B terá mais intenções de voto do que o candidato A.

29

Uma miniatura de uma estátua em mármore, perfeitamente semelhante à original, foi construída com o mesmo mármore em uma escala 1:20. A estátua original pesa 320 kg.

O peso, em gramas, da miniatura é

- (A) 40.
- (B) 80.
- (C) 160.
- (D) 8.000.
- (E) 16.000.

30

A resistência elétrica de um fio cilíndrico uniforme de cobre é diretamente proporcional ao seu comprimento e inversamente proporcional à área de sua seção transversal.

Seja R a resistência elétrica de um fio de cobre de comprimento L e com seção transversal circular de raio r .

Considere um fio cilíndrico feito com o mesmo tipo de cobre mas com comprimento $2L$ e raio da seção transversal $2r$.

A resistência elétrica desse segundo fio é

- (A) $4R$
- (B) $2R$
- (C) R
- (D) $R/2$
- (E) $R/4$

Legislação Específica

31

De acordo com o Regimento Interno da ALE-MA, a Mesa é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.

Acerca de sua composição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de dois Vice-Presidentes.
- (B) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de três Vice-Presidentes.
- (C) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de quatro Vice-Presidentes.
- (D) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de dois Vice-Presidentes e a segunda de três Secretários.
- (E) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de quatro Vice-Presidentes e a segunda de quatro Secretários.

32

O Regimento Interno da ALE-MA estipula que o Deputado deve apresentar-se à Assembleia Legislativa durante a sessão legislativa ordinária e extraordinária, para participar das sessões do Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, sendo-lhe assegurados, além de outros, os direitos de

- I. oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Assembleia, integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado.
- II. requisitar das autoridades, somente por intermédio da Mesa, providências para garantia de suas imunidades.
- III. usar da palavra, pedindo-a previamente ao Presidente da Assembleia ou ao de Comissão.

Assinale:

- (A) se somente os direitos II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os direitos I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os direitos I e II estiverem corretos.
- (D) se somente o direito II estiver correto.
- (E) se somente o direito I estiver correto.

33

O Regimento Interno da ALE-MA traz diferentes tipos de sessões da Assembléia Legislativa.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente todos os tipos de sessões previstas no citado diploma.

- (A) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e itinerantes.
- (B) Ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes, supletivas e itinerantes.
- (C) Preparatórias, ordinárias, especiais, supletivas, emergenciais e itinerantes.
- (D) Ordinárias, extraordinárias, solenes, emergenciais, supletivas, e itinerantes.
- (E) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e supletivas.

34

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia. A proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos, concisos, e jamais poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.

Segundo o Regimento Interno ALE-MA, as proposições poderão consistir, além de outras, em

- I. Projeto de lei complementar.
- II. Projeto de decreto legislativo.
- III. Projeto de resolução.

Assinale:

- (A) se somente a proposição I estiver correta.
- (B) se somente a proposição II estiver correta.
- (C) se somente as proposições I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

35

A democracia brasileira conta com alguns instrumentos típicos de uma democracia participativa, proposta pelo Constituinte na Carta Constitucional de 1988, quais sejam: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

Sobre este último instrumento, segundo o Regimento Interno da ALE-MA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos trinta por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos vinte por cento dos municípios, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- III. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos dezoito por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

36

Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário, e a votação completa o turno regimental da discussão, devendo ser feita logo após o encerramento da discussão.

Assinale a alternativa que identifica os dois processos de votação previstos no citado Regimento.

- (A) Simbólico e nominal.
- (B) Direto e indireto.
- (C) Presencial e virtual.
- (D) Proporcional e majoritário.
- (E) Simples e dúplice.

37

O policiamento do edifício da Assembléia e suas dependências compete

- (A) privativamente à Polícia Civil do Estado do Maranhão.
- (B) privativamente à Mesa Diretora da Assembléia, sem intervenção de qualquer outro Poder.
- (C) privativamente à Polícia Militar do Estado do Maranhão.
- (D) privativamente à Polícia Federal.
- (E) concorrentemente às Polícias Civil e Militar do Estado do Maranhão.

38

Com relação ao patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constituído exclusivamente de bens móveis e imóveis da União.
- (B) É constituído exclusivamente de bens imóveis do Estado.
- (C) É constituído de bens móveis e imóveis de particulares, que forem colocados à disposição.
- (D) É constituído de bens móveis e imóveis do Estado que adquirir ou forem colocados à disposição.
- (E) É constituído de bens móveis e imóveis dos Municípios que adquirir ou forem colocados à disposição.

39

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107, de 27 de julho de 1994, além do vencimento poderão ser pagas ao servidor algumas indenizações, que não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

A respeito das indenizações ao servidor, avalie os itens a seguir.

- I. Ajuda de custo.
- II. Tíquete-refeição.
- III. Auxílio-creche.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente o item III estiver correto.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

40

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107/94, determina que conceder-se-á licença ao servidor nas situações descritas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro.
- (B) Paternidade.
- (C) Luto.
- (D) Para o serviço militar.
- (E) Para tratamento de saúde.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

41

A Constituição do Estado do Maranhão estabelece regras de relacionamento entre o Estado e as Igrejas.

Nessa linha, pode ocorrer

- (A) a subvenção de igrejas e cultos religiosos.
- (B) a criação de igrejas especiais.
- (C) a permissão de criação de igrejas.
- (D) o relacionamento de dependência com integrantes de igrejas.
- (E) o embaraço quanto ao funcionamento das igrejas.

42

No sistema político brasileiro revela-se comum o movimento emancipacionista surgido no âmbito de distritos que pleiteiam a transformação em municípios.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, caso haja proposta de criação de município, dentre os vários itens que devem ser observados encontra-se

- (A) o referendo.
- (B) o plebiscito.
- (C) a iniciativa popular.
- (D) a autorização do Governador.
- (E) a lei municipal.

43

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão é considerado de competência comum com a União e os municípios

- (A) administrar as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.
- (B) cobrar foro dos terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (C) autorizar a exploração dos sítios arqueológicos e pré-históricos.
- (D) controlar as ilhas lacustres nas zonas limítrofes com outros países.
- (E) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras e de arte.

44

É tradicional a previsão nos textos constitucionais de hipóteses em que é possível a intervenção dos Estados nos municípios.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, uma dessas hipóteses está vinculada a

- (A) deixar de aplicar nas ações de saúde, o mínimo exigido da receita municipal, estabelecido na Constituição.
- (B) descumprir o orçamento que determina a contenção de gastos.
- (C) utilizar as compensações financeiras decorrentes da exploração do petróleo em despesas correntes.
- (D) deixar de aplicar verbas na manutenção do meio ambiente.
- (E) deixar de pagar a dívida fundada por um ano SEM motivo de força maior.

45

Tendo em vista a proteção ao patrimônio público, a Constituição do Estado do Maranhão não permite a alienação de bens públicos em período anterior à eleição para Governador.

Esse período é determinado como sendo de

- (A) três meses antes da eleição.
- (B) quatro meses antes da eleição.
- (C) cinco meses antes da eleição.
- (D) seis meses antes da eleição.
- (E) sete meses antes da eleição.

46

A Constituição do Estado do Maranhão, em consonância com as normas constitucionais federais, possui inúmeras regras que regem a atuação do servidor público.

No caso de assunção do cargo eletivo de Prefeito, por parte do servidor público estadual,

- (A) ingressará em licença sem vencimentos do serviço público estadual.
- (B) será desligado do serviço do Estado por ato de exoneração.
- (C) será estabelecida a compatibilidade de horários para continuar a prestar serviços ao Estado.
- (D) assumirá o cargo de Prefeito, sem remuneração do cargo originário.
- (E) poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, com afastamento do cargo de servidor.

47

Os militares estaduais, assim como os federais, possuem diversas restrições nas suas atividades. Uma delas está relacionada à assunção de cargo civil de forma permanente.

Nesse caso, consoante às regras inscritas na Constituição do Estado do Maranhão, o militar será

- (A) transferido para a reserva.
- (B) reformado por incompatibilidade.
- (C) exonerado do serviço público.
- (D) licenciado por prazo indeterminado.
- (E) demitido a bem do serviço público.

48

É comum a organização dos Estados em regiões metropolitanas, para facilitar as políticas públicas, a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais, bem como o planejamento urbano.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, com relação às regiões metropolitanas, a exige-se

- (A) a edição de lei complementar estadual.
- (B) a aprovação do Governador do Estado.
- (C) a indicação do Prefeito do município partícipe.
- (D) a autorização do Governo Federal.
- (E) a reunião das Câmaras Municipais.

49

As sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão têm início aos 02 de fevereiro e término a 17 de julho; recomeçam a 1º de agosto e terminam a 22 de dezembro.

Uma das regras basilares da Constituição do Estado do Maranhão é que a sessão não se interrompe sem a aprovação do projeto de lei de

- (A) mudança de cargos e salários.
- (B) normatização dos menores infratores.
- (C) mudança de regras prisionais.
- (D) diretrizes orçamentárias.
- (E) competências dos Secretários de Estado.

50

O Deputado Santiago é acometido de doença grave que não lhe permite o exercício dos seus deveres de parlamentar, o que acarreta o seu requerimento de licença para tratamento de saúde. Retornado, requer licença, sem remuneração, para tratamento de interesses particulares.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, a licença para tratamento de interesses particulares não pode ultrapassar, por sessão legislativa, sob pena de perda do mandato, o período de

- (A) trinta dias.
- (B) quarenta dias.
- (C) sessenta dias.
- (D) noventa dias.
- (E) cento e vinte dias.

51

As Constituições estaduais seguem a tradição democrática instaurada pela Constituição Federal, admitindo participação popular em diversas oportunidades.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, dentre outros requisitos o projeto de lei de iniciativa popular depende de subscrição de pelo menos

- (A) um por cento do eleitorado estadual.
- (B) dois por cento do eleitorado estadual.
- (C) três por cento do eleitorado estadual.
- (D) quatro por cento do eleitorado estadual.
- (E) cinco por cento do eleitorado estadual.

52

A participação popular abrange as consultas plebiscitárias e referendárias.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, o plebiscito e o *referendum* serão convocados mediante Decreto Legislativo editado por meio de proposta de um

- (A) quinto, no mínimo, dos membros que compõem a Assembleia Legislativa.
- (B) terço, no mínimo, dos membros que compõem a Assembleia Legislativa.
- (C) quarto, no mínimo, dos membros que compõem a Assembleia Legislativa.
- (D) sexto, no mínimo, dos membros que compõem a Assembleia Legislativa.
- (E) décimo, no mínimo, dos membros que compõem a Assembleia Legislativa.

53

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos da Constituição estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cinco integrantes são indicados pelo Governador do Estado.
- (B) Quatro integrantes são indicados pela Assembleia Legislativa.
- (C) Três integrantes são originários do Ministério Público.
- (D) Dois integrantes são indicados por iniciativa popular.
- (E) Um integrante é egresso do Poder Legislativo.

54

O Chefe do Poder Executivo Estadual possui inúmeras prerrogativas estabelecidas nas leis e na Constituição do Estado.

No Estado do Maranhão, consoante as normas constitucionais locais, o Defensor-Geral do Estado será escolhido dentre integrantes da carreira, apresentados em lista

- (A) décupla ao Governador.
- (B) sêxtupla ao Governador.
- (C) quádrupla ao Governador.
- (D) quádrupla ao Governador.
- (E) tríplice ao Governador.

55

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, assinale a alternativa que indica as partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, confrontados com a própria Constituição estadual.

- (A) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Presidente da República.
- (C) Conselho Regional de Profissão regulamentada.
- (D) Mesa do Senado Federal.
- (E) Partido político com representação no Congresso Nacional.

56

X, Governador do Estado do Maranhão, é surpreendido com a edição de lei votada pela Assembleia Legislativa que invadiu a competência do Chefe do Executivo. Por questões políticas, em término de mandato, não exerce o seu poder de veto.

Após a eleição, consagra-se nas urnas, Y, candidato da oposição que passa ao exercício do mandato. Um dos pleitos que logo surge, decorre do cumprimento da referida lei, geradora de ônus financeiro para o Estado.

Preocupado com as finanças públicas, o novo Governador apresenta consulta à sua assessoria jurídica que determina

- (A) o cumprimento imediato da lei, por não exercido o poder de veto no momento oportuno.
- (B) o retorno da lei ao Executivo para o exercício posterior do direito de veto.
- (C) o não cumprimento da lei por ofensa à Constituição.
- (D) a suspensão da lei até que ocorra a declaração de inconstitucionalidade.
- (E) a representação à Assembleia Legislativa para que a mesma declare a inconstitucionalidade da lei.

57

No amplo debate que surgiu nos primórdios da instituição do controle de constitucionalidade, dois modelos se sobressaíram. O originário dos Estados Unidos da América, por meio da conhecida decisão proferida no julgamento *Marbury versus Madison*, onde o *Chief Justice Marshall* estabeleceu os contornos da judicial *review*; e outro, de matriz austríaca que logrou êxito também na Alemanha, propiciando a criação de tribunais constitucionais, organismos especiais que não figuram na estrutura clássica do Poder Judiciário. Estabelecem-se diferenças quanto à natureza da norma inconstitucional nos dois modelos apresentados.

No Brasil, prevalece a tese de que a norma inconstitucional é

- (A) anulável.
- (B) inexistente.
- (C) nula.
- (D) ripristinável.
- (E) revogável.

58

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar a constitucionalidade de norma inserida no Código de Processo Penal, que outorgava legitimidade ao Ministério Público para propor ação cível de reparação de danos quando a vítima fosse hipossuficiente, entendeu pela inaplicação da mesma, nos locais onde houvesse Defensoria Pública instalada, por ser essa instituição, legitimada a representar os interesses das partes com carência de recursos, consoante as normas constitucionais vigentes.

Essa decisão consagrou a tese da denominada inconstitucionalidade

- (A) previsível.
- (B) possível.
- (C) progressiva.
- (D) postulada.
- (E) preventiva.

59

A interpretação predominante na doutrina e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, quando ocorre a declaração de inconstitucionalidade de uma lei que houvera revogado outra, surge o efeito

- (A) vinculante.
- (B) repristinatório.
- (C) abrangente.
- (D) preclusivo.
- (E) extensivo.

60

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade de Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que, no exercício da sua competência constitucional, respondeu a consultas sobre a interpretação de norma sobre reeleição decidiu

- (A) conhecer da ação direta por ser ato originário de Tribunal Superior.
- (B) não conhecer da ação direta por ausência de normatividade do ato atacado.
- (C) conhecer da ação direta por ser inerente à resolução de tribunal superior o controle.
- (D) não conhecer da ação direta porque insindicaíveis os atos normativos de tribunais.
- (E) conhecer da ação direta por se tratar de ato de origem federal.

61

Em matéria em que a Constituição estabelece a competência da União Federal para editar regras gerais, em existindo norma emitida pelo Estado-membro que confronte com essas normas, estabelece-se ofensa à repartição

- (A) vertical de competência.
- (B) horizontal de competência.
- (C) comum de competência.
- (D) genérica de competência.
- (E) conglobante de competência.

62

O Estado W integrante da federação brasileira pretende aprovar na Assembleia Legislativa, projeto de lei regulamentando o funcionamento de bingos no seu território para alavancar a atividade turística local, tendo em vista que há um extenso mercado para a exploração do negócio.

Nos termos da Constituição Federal, tal competência é

- (A) remanescente dos Estados federados.
- (B) de interesse peculiar dos municípios.
- (C) exclusiva da União Federal.
- (D) comum aos entes da federação.
- (E) concorrente entre os Estados e a União.

63

O Deputado Federal M é surpreendido cometendo crime inafiançável e, por força disso, preso pelo Delegado do município de A.

Nesse caso, segundo as regras previstas na Constituição Federal,

- (A) o parlamentar permanecerá preso até a audiência com o Juiz que instruirá o processo, que deverá ocorrer em, no máximo, cinco dias.
- (B) os autos que corporificaram a prisão deverão ser remetidos à Câmara Federal, em vinte e quatro horas, que decidirá sobre a prisão.
- (C) o processo, até que haja pronunciamento do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados sobre a prisão, deverá ser suspenso.
- (D) a prisão do parlamentar será considerada ilegal por ofender as garantias de imunidade previstas na Constituição.
- (E) o Delegado deverá determinar a liberdade do parlamentar por ter prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal.

64

A História do Brasil possui vários exemplos em que civis e militares uniram-se para praticar golpes de Estado. A própria Proclamação da República ocorreu por meio de um movimento que uniu o Marechal Deodoro da Fonseca e intelectuais civis.

No sistema constitucional brasileiro, em se caracterizando a existência de crime de responsabilidade praticado pelo Comandante da Marinha em conexão com crime de idêntica natureza perpetrado pelo Presidente da República, o julgamento de ambos ocorrerá perante o

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Senado Federal.
- (D) Câmara dos Deputados.
- (E) Tribunal de Contas da União.

65

A Assembleia Legislativa do Estado Y aprovou projeto de iniciativa parlamentar regulando a jornada de trabalho, distribuição de carga horária, lotação dos profissionais da educação e uso dos espaços físicos e recursos humanos e materiais do Estado e de seus municípios na organização do sistema de ensino.

A Constituição estadual possui norma equivalente à da Constituição Federal sobre o tema iniciativa em projetos de lei. Nessa linha, observadas as normas constitucionais aplicáveis, o projeto de lei é de iniciativa

- (A) popular, sujeito a referendo.
- (B) exclusiva do Parlamento.
- (C) exclusiva do Chefe do Executivo.
- (D) o projeto de lei é de iniciativa comum.
- (E) o projeto de lei é de iniciativa concorrente.

66

O Chefe do Poder Executivo federal enviou Medida Provisória ao Congresso Nacional autorizando a abertura de crédito extraordinário, tendo sido proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade aduzindo que o ato veiculava gastos com despesas correntes e estaria, portanto, viciado.

No curso do julgamento, a Medida Provisória foi convertida em lei, sendo aditada a exordial. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal

- (A) convalidada a Medida Provisória em lei, sanados estão todos os eventuais vícios do ato normativo.
- (B) exercer o controle de urgência e necessidade da Medida Provisória é atividade exclusiva do Congresso Nacional.
- (C) editada a Medida Provisória, o controle sobre a mesma, exercido pelo Congresso Nacional, é de natureza política e não jurídica.
- (D) controlar o mérito da Medida Provisória em sede jurisdicional é admitido pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) havendo transformação da Medida Provisória em lei automaticamente perde o objeto a Ação Direta de Inconstitucionalidade.

67

O Supremo Tribunal Federal ao julgar ação penal originária emitiu acórdão com erros formais e matérias, que geraram prejuízos aos réus.

Nos termos das normas constitucionais em vigor, após o trânsito em julgado da decisão colegiada do plenário do tribunal, é possível a apresentação de

- (A) Ação Rescisória.
- (B) Revisão Criminal.
- (C) Recurso Ordinário.
- (D) Embargos Infringentes.
- (E) Agravo.

68

Mauro é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputado Estadual.

Nos termos da Constituição Federal, caso seja eleito para o cargo,

- (A) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- (B) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.
- (C) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- (D) contando com mais de vinte anos de serviço, será promovido na carreira.
- (E) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.

69

Uma das atribuições constitucionais do Presidente da República consiste na declaração do Estado de Defesa. Em priscas eras esse conceito era informado pela denominada teoria da Segurança Nacional com conhecidas conotações geopolíticas.

Nos termos da atual Constituição Federal, o instituto referido é uma espécie de estado

- (A) de exceção.
- (B) regular.
- (C) intervencionista.
- (D) de sítio.
- (E) de guerra.

70

No Brasil tem sido comum o desenvolvimento de atividades denominadas desportivas que acarretam prejuízos aos animais. Essas atividades têm sido combatidas por diversas associações e Organizações Não Governamentais que buscam estabelecer requisitos para os referidos atos.

No plano do meio ambiente, consoante às normas constitucionais em vigor, cabe ao Poder Público, no concernente ao tema

- (A) proteger a fauna evitando que os animais sejam submetidos a crueldades.
- (B) determinar políticas de adoção de animais silvestres.
- (C) propiciar mecanismos sadios para manutenção de animais em cativeiro.
- (D) permitir a caça de espécies em extinção que causem danos à agricultura.
- (E) inserir espécies novas para exploração comercial de material genético.

Realização

